

Parecer nº 74/99

Data: 1999.05.24

Processo nº 543

Reclamante: *Associação de Estudos e Intervenção Regional para o Ambiente.*

Entidades reclamadas: Conselho de Administração do Instituto Portuário do Norte, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Comissão de Coordenação da Região Norte, Direcção-Geral do Ordenamento do Território, Instituto de Promoção Ambiental e Ministra do Ambiente.

1. Relatório

- 1.1. A *Associação de Estudos e Intervenção Regional para o Ambiente* (adiante designada pela sigla *AEIRA*) solicitou, por cartas datadas de 4/2/99, às seis entidades acima identificadas como ora reclamadas, ao abrigo da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (conhecida como Lei de Acesso aos Documentos Administrativos ou pela sigla LADA), acesso, “através de fotocópia ou de outra forma documental”, a “informação sobre o processo de elaboração e aprovação do Estudo Preliminar do *Plano de Pormenor do Parque Empresarial da Praia do Norte*, nomeadamente quanto aos fundamentos e requisitos legais para tal procedimento, bem como documentação que constitui o citado plano”.
- 1.2. Por cartas datadas de 19/2/99, 29/3/99 e 9/4/99 vem a mesma *AEIRA* queixar-se a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) de que não obteve qualquer resposta quer da Direcção-Geral do Ordenamento do Território quer da Ministra do Ambiente e de que as respostas recebidas do Conselho de Administração do Instituto Portuário do Norte, da Câmara Municipal de Viana do Castelo e da Comissão de Coordenação da Região Norte. foram insatisfatórias, porque, embora prestem informações sobre o questionado plano de pormenor, não facultam nem se propõem facultar a reprodução das peças do respectivo processo.
- 1.3. A análise dos documentos juntos a este processo pela ora reclamante, alguns deles a nosso pedido, mostra que o Instituto de Promoção Ambiental lhe comunicou, por ofício datado de 22/2/99, não possuir quaisquer informações relativas ao assunto em causa e ter enviado cópia do seu pedido à Câmara

Municipal de Viana do Castelo e à Comissão de Coordenação da Região Norte, entidades que considerava competentes para a sua apreciação.

- 1.4. Mostram ainda esses documentos que o Conselho de Administração do Instituto Portuário do Norte, a Câmara Municipal de Viana do Castelo e a Delegação de Viana do Castelo da Comissão de Coordenação da Região Norte responderam à ora reclamante prestando informações sobre a génese e sobre a existência de trabalhos preparatórios do referido plano de pormenor mas não lhe facultaram a reprodução – ou sequer a consulta – das peças do respectivo processo. A Câmara Municipal de Viana do Castelo informou também que o Plano Director Municipal de Viana do Castelo e o Plano de Urbanização da Cidade (em fase de ratificação) poderiam ser consultados no seu Departamento de Urbanismo, mas não incluiu neste elenco de processos consultáveis o daquele plano de pormenor.
- 1.5 Não sendo de pôr em dúvida a personalidade e capacidade jurídicas da reclamante e verificando-se que a reclamação é tempestiva, passa-se a apreciá-la.

2. Fundamentação

- 2.1. Impõe o artigo 15º, nº 1, alínea c), da LADA à Administração Pública a obrigação de, perante requerimento de acesso a documentos administrativos que não possua, reenviá-lo à entidade competente e informar do facto o requerente, tudo no prazo de dez dias contados nos termos do artigo 72º do Código de Procedimento Administrativo. Ora o Instituto de Promoção Ambiental cumpriu essa norma, pelo que nada há a censurar-lhe.
- 2.2. Também impõe esse artigo 15º, nº 1, alíneas a), b) e d) da LADA à Administração Pública a obrigação de, perante requerimento de acesso a documentos administrativos que possua, responder no mesmo prazo de dez dias deferindo ou, fundamentadamente, indeferindo o pedido, ou ainda informando que consultou a CADA para remoção de dúvidas sobre a legalidade desse acesso.
- 2.3. Verifica-se que a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e a Ministra do Ambiente não cumpriram este preceito (artigo 15º, nº 1, da LADA) nem no

referido prazo nem posteriormente (cf. nº 3 desse artigo 15º) e que o Conselho de Administração do Instituto Português do Norte, a Câmara Municipal de Viana do Castelo e a Delegação de Viana do Castelo da Comissão de Coordenação da Região Norte o cumpriram apenas parcialmente, conforme a queixa da ora reclamante: embora prestem informações sobre o questionado plano de pormenor, designadamente sobre a sua génese e sobre a existência de trabalhos preparatórios, não facultam nem se propõem facultar a reprodução – ou sequer a consulta – das peças do(s) respectivo(s) processo(s), ainda que de estudo(s) preliminar(es) se trate.

- 2.4. Garante o artigo 268º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa o livre acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança externa e interna, à investigação criminal e à intimidade das pessoas. Por seu turno, o artigo 7º, nº 1, da LADA dispõe que todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo.
- 2.5. Ora não se vê que os dados contidos nos documentos [administrativos na aceção dos artigos 2º, nº 1, 3º e 4º, nº 1, alínea a), da LADA] a que a ora reclamante pretende aceder (documentos relativos ao questionado *Plano de Pormenor do Parque Empresarial da Praia do Norte*) caibam em qualquer das restrições constitucional e legalmente previstas. Designadamente não se vê que estejamos perante dados pessoais [na aceção da alínea c) do nº 1 do artigo 4º da LADA].

3. Conclusão:

Em face do exposto, a CADA, considerando procedente a reclamação, pronuncia-se no sentido de que o Conselho de Administração do Instituto Português do Norte, a Câmara Municipal de Viana do Castelo, a Comissão de Coordenação da Região Norte (ou a sua Delegação de Viana do Castelo), a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e a Ministra do Ambiente devem facultar à *Associação de Estudos e Intervenção Regional Para o Ambiente* o pretendido acesso – através não apenas de consulta nos serviços como também, conforme ela pede, de reprodução por fotocópia – aos documentos administrativos em questão, relativos ao Estudo Preliminar do Plano de Pormenor do Parque Empresarial da Praia do Norte, tendo-se em conta, quanto aos encargos com essa reprodução, o disposto nos artigos 12º,

nº 2, da LADA, e 3º do Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio, e, no tocante à Administração Central os nºs 1 e 3 do Despacho Conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças nº 280/97, de 7 de Agosto (*in Diário da República*, 2ª série, nº 200, de 30 de Agosto de 1997).

Aprovado em sessão da CADA em 24 de Maio de 1999.

Castro Martins (Presidente) - *José Magalhães* - *Narana Coissoró* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* - *João Labescat*